

RELATÓRIO PARCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PARA O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA INTERNACIONAL

DATA: 5/5/2009

TEMA: O impacto da crise econômica nas finanças públicas dos Municípios mineiros.

ENTIDADES CONVIDADAS:

Ministério de Estado do Planejamento, Secretaria de Estado de Fazenda, Secretaria Municipal de Fazenda de Juiz de Fora, Associação Mineira de Municípios- AMM -; Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais- Amig - e Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais de Minas Gerais - Fesempre.

PARLAMENTARES PRESENTES:

Dep. Sebastião Helvécio / PDT (Coordenador dos trabalhos)

Dep. André Quintão / PT

Dep. Antônio Júlio / PMDB

Dep. Dalmo Ribeiro Silva / PSDB

Dep. Jayro Lessa / DEM

Dep. Carlin Moura/PC DO B

Reunião realizada com a presença dos seguintes convidados:

Srs. Flávio Riani, Assessor Econômico, representando o Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado de Fazenda (SEF);

Sr. Antônio Eduardo Martins, Prefeito Municipal de Santa Bárbara e Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais-AMIG;

Sr. Marcos Alves Penido, Diretor Jurídico, representando o Sr. Aldo Geraldo Liberato, Presidente da Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais de Minas Gerais-Fesempre;

Sr. André Abreu Reis, Diretor da Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;

Sr. Iran Almeida Pordeus, Coordenador Executivo Adjunto da Vice-Governadoria do Estado de Minas Gerais;

Sra. Luciana Ferreira Mendonça, Prefeita do Município de Três Pontas;

Sr. Mário Reis, Prefeito do Município de Papagaios;

Sr. Geraldo Abade, Prefeito do Município de Barão de Cocais;

Sr. Ademir Ferreira, Assessor Administrativo da Fesempre;

Sr. Silvério Prado, Assessor Educacional da Fesempre.

EXPOSITORES:

Sr. Iran Almeida Pordeus, Coordenador Executivo Adjunto da Vice-Governadoria do Estado de Minas Gerais

Principais questões abordadas:

- O Estado tem buscado formas de mitigar os efeitos da crise, levando ao ambiente empresarial alento para que a crise não tenha tantos impactos. No entanto, os instrumentos de que dispõe são restritos e não surtem efeitos imediatos;
- As medidas adotadas pelo governo estadual são: investimentos públicos; capacitação do servidor público, fomento da economia local por meio de investimentos públicos; ampliação do prazo de recolhimento do ICMS e do IPVA e novas linhas de crédito oferecidas ao setor privado pelo BDMG. Essas medidas, que estão detalhadas no *site* da SEF, são, no entanto, insuficientes para fazer arrefecer a crise. Os entes federados, ao contrário da União, não dispõem de instrumentos efetivos, capazes de gerar efeitos contundentes em ações com vistas a fazer reverter ciclos econômicos.
- Minas Gerais, comparado aos demais Estados das Regiões Sul e Sudeste, é o Estado que mais investe: 8% da Receita Corrente Líquida - RCL. Esse percentual

é superior também ao da União, que investe de 2% a 3 % da sua RCL, excluída a Seguridade Social;

- O Estado mantém o seu compromisso com a austeridade fiscal, pois é este que está permitindo o enfrentamento da crise sem comprometer os investimentos e os serviços públicos. Os pressupostos fundamentais da gestão pública em Minas Gerais são a qualidade e a eficiência do gasto público;
- Em consequência da redução das receitas, o Estado refez a programação de seus gastos correntes.

Sr. Flávio Riani, Assessor Econômico da Secretaria de Estado de Fazenda;

Principais questões abordadas:

- Crises têm efeitos nefastos sobre as finanças estaduais, pois afetam a arrecadação, que decorre diretamente da produção;
- Em Minas Gerais, houve um acordo entre os três Poderes para gerenciar as finanças do Estado com vistas a sua adequação aos novos rumos da economia brasileira.
- Em Minas Gerais, a receita arrecadada do ICMS líquido (já descontadas as transferências) no primeiro trimestre de 2009 foi menor em aproximadamente R\$700 milhões em relação à receita orçada. A receita efetiva está abaixo da orçada para o primeiro trimestre de 2009 e abaixo da arrecadada no primeiro trimestre de 2008. A arrecadação no período de outubro de 2008 a março de 2009 apresenta queda média de 20%. Transportes, combustíveis, siderurgia, comunicações, indústria, veículos, energia elétrica e comércio, principais fontes de arrecadação do Estado, apresentaram queda. Houve queda de 9,5% nas transferências federais: FPE, IPI exportações e CIDE;
- O impacto da crise em Minas Gerais foi maior do que nos demais Estados brasileiros. Comparando o primeiro trimestre de 2009 com o mesmo trimestre do ano anterior, houve queda de 4,4% na produção física industrial, enquanto a queda no Brasil foi de 1%. Além disso, ocorreu também queda de 4,82% na arrecadação federal, enquanto o IR apresentou crescimento de quase 1% e o IPI caiu aproximadamente 23% em consequência das medidas de redução de alíquota;

- Em Minas Gerais, na indústria extrativa, as atividades diminuíram por volta de 10% nos últimos 12 meses, enquanto na indústria de transformação os percentuais são negativos nos meses de janeiro e fevereiro de 2009;
- O expositor conclui que a crise diminui a demanda interna e externa por bens e serviços. Considerando que o sistema tributário brasileiro tem uma vinculação grande com a atividade produtiva, a queda no nível de atividade acarreta queda imediata na receita dos entes: queda na arrecadação da União; queda na arrecadação dos Estados e diminuição dos repasses aos Municípios;
- As questões da dívida pública e da criação de um fundo de equalização para reduzir a perda de receita dos estados já vêm sendo discutidas pelo governo, que se coloca à disposição para contribuir na elaboração de propostas nesse sentido.

Sr. Antônio Eduardo Martins, Prefeito Municipal de Santa Bárbara e Presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - AMIG

Principais questões abordadas:

- Há sete meses o mundo passa por transformações decorrentes da crise, com reflexos no Brasil, em Minas Gerais e nos Municípios, especialmente os mineradores;
- A indústria extrativista sofreu o impacto da crise, com 9,6% de queda na produção, o que repercutiu fortemente na economia do Estado, em especial na economia dos Municípios mineradores. Essa redução foi a maior entre os Estados da Federação;
- O impacto direto nos Municípios se refletiu também em serviços para a população;
- O governo federal interveio na indústria automobilística, reduzindo as alíquotas do IPI, e não atuou na mineração, que tem impacto em todas as atividades do Estado;
- No primeiro quadrimestre de 2009, o Brasil registrou menor queda nas exportações do setor minerador (8,4%) do que Minas Gerais (44%). Problemas específicos de Minas Gerais explicam esse fato, tais como as questões relativas à regulação ambiental. Por que Minas Gerais está perdendo espaço em relação a outras unidades federativas? O Pará está ampliando sua participação porque tem menos problemas de licenciamento ambiental e burocracia pública menor;
- A Europa e os Estados Unidos, que sempre foram os grandes importadores de minério de ferro de Minas Gerais, não vão voltar a importar nos mesmos níveis do

passado porque eles têm excesso de veículos e sua infraestrutura está pronta. Os mercados emergentes serão os principais consumidores no futuro;

- Minas Gerais precisa fazer uma opção clara pelo setor minerador, sem preconceito contra esse setor. A mineração produz riquezas e encontra-se no quinto lugar na escala de degradação ambiental, após lixo, ocupação desordenada, esgoto sanitário e agricultura;
- Em 2008, o Brasil exportava uma média mensal de 8 milhões de toneladas de minério de ferro para a China, enquanto no primeiro trimestre exportou apenas 12 milhões de toneladas. O Brasil agora é o terceiro maior exportador de minério para a China, superado pela Índia e Austrália;
- O Fundo de Participação dos Municípios - FPM caiu aproximadamente 6,3% no primeiro trimestre. Já a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Cfem - caiu aproximadamente 45%, indicando, no futuro, queda do Valor Agregado Fiscal -VAF;
- Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea -, o crescimento da taxa de desemprego é maior no interior. Em Minas Gerais, a taxa de desemprego é alta nas cidades mineradoras.

Principais sugestões apresentadas

- Movimento em defesa da mineração, discutindo a desoneração do frete, para aumentar a competitividade, e a questão dos licenciamentos ambientais (Barão de Cocais, por exemplo, perdeu com o encerramento das atividades de uma mina, inviabilizada pela falta de licenciamento de uma barragem hidroelétrica);
- Não houve orientação por parte do governo estadual para o enfrentamento das dificuldades decorrentes da crise. Proposta de ação conjunta do governo do Estado e dos Municípios mineradores para cobrar do Ministério das Minas e Energias ações efetivas para o enfrentamento da crise no setor;
- Adoção de medidas com vistas à solução dos problemas do sistema de mineração, a exemplo do que foi feito com o setor automobilístico;
- Discutir a questão do licenciamento ambiental para aumentar a competitividade do setor minerador em Minas Gerais;
- Discutir uma política de minas e energia para o Estado.

Marcos Alves Penido, Assessor Sindical da Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais de Minas Gerais - FESEMPRE.

Principais questões abordadas:

- Os servidores públicos têm sido vítimas da crise. O limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF - para gastos com pessoal está impedindo o reajuste de salário dos servidores. Além disso, a lei eleitoral impede reajustes a cada dois anos, devido ao calendário eleitoral;
- O pagamento da previdência própria impõe aos servidores um ônus de 3% sobre seus vencimentos. A criação de institutos próprios de previdência implica contribuição maior que aquela para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, no entanto, com menores benefícios para os servidores;
- Necessidade de investimentos e gastos sociais é o principal motivo para o não reajustamento dos vencimentos dos servidores municipais. Outras desculpas do administrador público são: herança de problemas da administração anterior e a necessidade de implementar o choque de gestão. Concurso público e carreiras nivelam os salários, fazendo com que professores e serventes tenham os mesmos ganhos, o que é inconstitucional;
- Uma gestão pública eficiente não pode ser realizada apenas com base na redução de ganhos de servidores;
- Os prefeitos da região metropolitana de Belo Horizonte, inclusive Contagem, anunciaram o congelamento, por tempo indeterminado, dos salários dos servidores públicos;
- Muitos servidores públicos municipais de Minas Gerais ganham menos que o salário mínimo;
- O Poder Judiciário não estabelece qual o fórum adequado para discussão dos problemas trabalhistas dos servidores públicos municipais;
- Mesmo com a crise, há aumento do número de contratos administrativos. Com o passar do tempo, esses contratos acabam sendo legitimados.

Principais sugestões apresentadas:

- Melhor distribuição das receitas públicas de forma a privilegiar aqueles que têm mais gastos: os Municípios;
- Combate à sonegação fiscal;
- Os administradores públicos devem seguir o que manda a Constituição no que compete ao tratamento dos servidores públicos.

André Abreu Reis, Diretor da Superintendência Central de Planejamento e Programação Orçamentária da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Principais questões abordadas:

- A Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag tem feito seus esforços de planejamento e programação orçamentária e também de gestão, por via de pactuação de resultados junto a todas as unidades do Estado;
- A Seplag tem monitorado no âmbito da Junta de Programação Orçamentária e Financeira - JPOF, juntamente com a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais - Sef, a execução orçamentária de forma a compatibilizar a gestão fiscal às necessidades, em função da crise;
- Foco do Estado: reduzir despesas com atividades-meio, com vistas a não comprometer as atividades finalísticas e os investimentos. Queda de arrecadação – tentativa de não permitir que essa queda atinja a prestação de serviços públicos e os investimentos;
- Reprogramação das despesas – alternativas para maior produtividade em relação à despesa. Renegociar e reduzir despesas sem reduzir os resultados pactuados com os Poderes e órgãos.

Deputado Sebastião Helvécio

Principais questões abordadas:

- A crise impacta de modo diferente os entes federados. Comparando o primeiro trimestre de 2009 com o mesmo período em 2008, enquanto Minas Gerais perde cerca de 21,10% de sua receita própria, São Paulo, por exemplo, registra crescimento de 0,8% e o Rio de Janeiro cresce 1,2%;

- Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - sobre a composição da formação bruta de capital fixo no período de 1995 a 2003, os investimentos públicos realizados pelos Estados e Municípios superaram a despesa de capital da União, o que demonstra que é absolutamente fundamental para o enfrentamento da crise a participação de todos os entes federados;
- Entre 2002 e 2008, as transferências voluntárias de Minas Gerais para os Municípios passaram de R\$ 39.946.000,00 para R\$653.000.000,00, e as transferências de recursos vinculados passaram de R\$ 2.648.000.000,00 para R\$ 7.100.000.000,00, o que demonstra a importância da contribuição do Estado para o enfrentamento da crise. Isso só é possível com o equilíbrio das contas públicas, o que permite ao Estado atuar como indutor do crescimento;
- As demissões realizadas pelas prefeituras são maiores do que as da iniciativa privada;
- A crise atinge de forma desigual os Municípios, em função de suas economias: o setor de agronegócios, principalmente da carne, do café e do leite, apresenta uma perda significativa de receitas. Mas os Municípios mineradores são os que mais sofrem com a crise. Foram solicitadas à Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig - sugestões para o tratamento nacional desse problema (com apoio de outros Municípios fora de Minas Gerais).

Principais sugestões apresentadas:

- Elaboração, com a colaboração da Secretaria de Estado da Fazenda, de um documento a ser discutido com os demais parlamentos estaduais, abordando:
 1. a renegociação da dívida com a União, substituindo a utilização da Tabela Price (que incorpora os juros ao principal da dívida dos Estados em relação à União) por uma tabela linear, já que há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que colide com a ideia da capitalização de juros;
 2. a criação de um fundo de equalização para reduzir a perda de receita dos Estados, cujos recursos seriam utilizados em investimentos em infraestrutura.

Deputado Jayro Lessa

Principais questões abordadas:

- Queda de exportação de minério em Minas Gerais: a Vale do Rio Doce fez opção de exportar pelo Pará, que tem minério mais pobre, mas mais barato.

Principais sugestões apresentadas:

- Realização de gestões do governo do Estado junto à diretoria da Vale com vistas à distribuição mais equilibrada das exportações da empresa entre as minas nos Estados do Pará e Minas Gerais, de forma a mitigar os impactos da crise na economia do Estado.

Deputado Antônio Júlio

Principais questões abordadas:

- Além de financeira, a crise tem também um aspecto psicológico que traz grande ansiedade à população;
- A crise somente pode ser combatida por meio do desenvolvimento e de investimentos públicos;
- As prefeituras municipais são os grandes empregadores do País, e são o grande indutor do desenvolvimento de toda a cadeia produtiva do Estado;
- Não há por parte dos governos federal e estadual a preocupação em valorizar o Município como uma alternativa para o enfrentamento da crise;
- Há um grande endividamento da população devido à utilização do crédito consignado, o que reduz a capacidade de consumo de diversos segmentos da sociedade, especialmente os servidores públicos ativos e aposentados. O governo precisa repactuar e proibir a utilização do crédito consignado por um período de 15 ou 18 meses, o que acarretará um grande incentivo ao consumo, representando mais um ponto a favor no enfrentamento da crise.

Deputado André Quintão

Principais questões abordadas:

- O maior impacto da crise em Minas Gerais decorre do modelo de desenvolvimento econômico adotado no Estado, baseado na exportação de *commodities*;
- A atividade minerária não pode ser a única propulsora do desenvolvimento; o Estado não pode ficar refém de uma única atividade econômica; deve dinamizar outras atividades, como o turismo e a agricultura familiar;
- O desafio é definirmos até que ponto é possível diversificar a economia mineira, em uma perspectiva mais integradora; com maior agregação de valor à riqueza produzida no Estado - um projeto de desenvolvimento que seja sustentável, que gere mais renda e mais empregos;
- A crise só não foi maior devido à vitalidade do mercado interno. As políticas de redistribuição de renda e investimentos sociais do governo federal funcionaram como colchão amortecedor da crise internacional;
- Os Municípios não terão perda do Fundo de Participação dos Municípios - FPM - em relação a 2008, conforme compromisso assumido pelo governo federal;
- Os Municípios devem cobrar o cumprimento das atividades de competência do Estado. Não é justo que o pequeno Município subsidie a prestação de serviços estaduais, por exemplo, arcando com o aluguel de sala para o funcionamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater-MG - , com combustível para viaturas da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - ou com a disponibilização de salas para a justiça.

Deputado Carlin Moura

Principais questões abordadas:

- Há uma crise no modelo de desenvolvimento que vigorou nos últimos 15 anos, caracterizado pelo neoliberalismo exacerbado, com a visão do Estado mínimo e mercado máximo. A resposta para a crise está na contraposição a esse modelo. Um exemplo positivo é o programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal;

- Os instrumentos mais importantes para geração de emprego e renda e para a redução da pobreza são o Bolsa Família e a política de valorização do salário mínimo;
- O governo estadual ainda não apresentou uma proposta concreta de combate à crise, apenas o decreto que estabelece corte de custeio, que afeta áreas como a saúde e a educação;
- Os Municípios devem implementar a reforma urbana; o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - progressivo contribui para destravar a economia;

Principais sugestões apresentadas:

- Temos que implementar o salário mínimo regional como instrumento econômico;
- Política de valorização da mineração com maior agregação de valor ao minério de ferro exportado;
- Desenvolvimento dos transportes urbanos, investimentos em rodovias e habitação popular.

Mário Reis, Prefeito Municipal de Papagaios

Questão abordada:

- é preciso enfrentar a crise com trabalho, desburocratizando o serviço público, para que os recursos da União e do Estado cheguem mais facilmente aos Municípios.